

UNIÃO EUROPEIA FECHA ACORDO SOBRE NOVA ORIENTAÇÃO PARA A PAC

O Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros da UE e a Comissão Europeia chegaram a um acordo sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) para o período 2014-2020, baseada em [quatro regulamentos](#) principais: pagamentos diretos aos agricultores, organização do mercado comum, medidas para o desenvolvimento rural e “regulamento horizontal”, que trata das sanções no caso de não cumprimento das medidas ecológicas.

O acordo foi alcançado depois da [reunião do Conselho de Ministros da UE](#), realizada nos dias 24 e 25 de junho, em Luxemburgo.

PAGAMENTOS DIRETOS

Convergência interna: a repartição do orçamento da PAC assegura que, até 2019, nenhum Estado-Membro receba menos de 75% da média comunitária. A ajuda por hectare não poderá ser inferior a 60% da média das ajudas pagas até 2019 numa mesma zona administrativa ou agrônoma. A proposta é redistribuir o pagamento para os primeiros 30 hectares ou pelo tamanho médio das explorações do país.

Jovens agricultores: ajuda direta em favor dos jovens agricultores com um complemento de 25% durante os primeiros cinco anos, aplicável em todos os Estados-Membros.

Essas ajudas serão somadas às medidas de investimento já disponíveis em favor dos jovens.

Pequenas propriedades: o regime simplificado para os pequenos agricultores que recebem menos de €1.250 euros, será facultativo. O orçamento para esse apoio não deve exceder 10% dos pagamentos diretos totais.

Agricultor ativo: cada Estado-Membro deverá apresentar uma lista de seus agricultores ativos, considerando atividades não agrícolas todas as plantações localizadas em aeroportos, ferrovias, áreas destinadas a esportes ou atividades recreativas.

ORGANIZAÇÃO DO MERCADO COMUM

Açúcar: as quotas de açúcar serão suprimidas em 2017 e, ao mesmo tempo, a organização do setor será reforçada mediante contratos e acordos interprofissionais obrigatórios.

Plantação das vinhas: o período de aplicação do novo sistema de autorização das plantações irá de 2016 a 2030 e o crescimento máximo das superfícies será de 1% ao ano.

Além disso, serão instituídos novos instrumentos de gestão de crise: a Comissão Europeia poderá autorizar tempora-

(continua)

Nesta Edição

Orçamento da UE para 2014-2020: sai acordo político	Pág 02
Eurodeputados buscam definir estratégia para bioeconomia na UE	Pág 04
UE aprova regras para a Rede Transeuropeia de Transportes	Pág 05
Acordos Internacionais	
Comissão Europeia recebe sinal verde para lançar negociações com os EUA	Pág 05
Anúncio de espionagem norte-americana poderá ter impacto no lançamento das negociações	Pág 06
UE-CHINA: promessa de solução amigável para guerra comercial	Pág 06
Bruxelas em Movimento	
A Croácia se torna o 28º Estado-Membro da UE	Pág 07
Lituânia assume o Conselho da UE	Pág 08
Brasil e UE elaboram estudo comparativo da legislação para alimentos orgânicos	Pág 08
Consumidor europeu não compreende mercado de carne	Pág 09
Agenda da UE - destaques de julho de 2013	Pág 09

riamente os produtores a gerirem seus próprios volumes colocados no mercado e a criação de uma reserva de crise (acompanhada de uma cláusula de urgência generalizada).

DESENVOLVIMENTO RURAL E MEDIDAS DE “ECOLOGIZAÇÃO” (GREENING)

Entre 2014 e 2020, serão investidos mais de €100 bilhões para ajudar a agricultura a enfrentar o desafio da de qualidade dos solos, da água, da biodiversidade e das alterações climáticas.

Dentro do orçamento dos programas de desenvolvimento rural, 30% deverão ser deslocados para medidas agro-ambientais, apoio à agricultura biológica ou projetos ligados a investimentos ou medidas de inovação favoráveis ao ambiente.

Medidas de “ecologização”: 30% dos fundos devem ser dirigidos às medidas de proteção do meio ambiente – como diversificação das culturas, manutenção de áreas de pastagens permanentes e preservação de zonas de interesse ecológico (5% em 2015 e 7% a partir de 2018) – ou às medidas consideradas equivalentes em termos de benefício para o ambiente.

PARA DEPOIS

O conjunto dos elementos da reforma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014, com exceção da nova estrutura dos pagamentos diretos (pagamentos “ecológicos”, apoios adicionais para os jovens, etc.), aplicável a partir de 2015, a fim de dar tempo aos Estados-Membros informarem os agricultores sobre a nova PAC para que possam adaptar-se aos sistemas de informação de gestão da PAC.

Oportunidades para o Brasil

“A PAC tem se tornado um programa de transferência de renda da população urbana para a rural, uma vez que os recursos aplicados não são reembolsáveis, ou seja, são recursos a fundo perdido”, avaliou o adido agrícola em Bruxelas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Odilson Ribeiro e Silva, sobre as novas orientações da PAC. Ele considera que nos moldes em que a nova PAC está concebida, ela continua a não gerar estímulos ao aumento da produtividade agrícola na UE e que o Brasil continuará a ter oportunidades de negócios no mercado europeu, porque “o que gera estímulos aos agricultores, como a outras pessoas, é vencer desafios, e a produtividade agrícola brasileira aumentou em uma média anual de 3,77% nos últimos 37 anos”.

Orçamento da UE para 2014-2020: sai acordo político

O presidente da Comissão Europeia, [José Manuel Barroso, anunciou no dia 27 de junho](#) o acordo político interinstitucional (Conselho de Ministros, Comissão e Parlamento) sobre o orçamento da UE para o período 2014-2020. No momento, trata-se apenas de um acordo político que ainda deve ser aceito por todos os Estados-Membros e pela maioria dos 754 eurodeputados, [que deverão votar uma resolução](#) na quarta-feira, dia 3 de julho.

O acordo confirmou os valores adotados pelos dirigentes europeus, em fevereiro deste ano, e fixa o limite máximo das despesas dos 28 Estados-Membros da UE (contando com a adesão da Croácia em 1º de julho de 2013) em € 959,988 bilhões e o limite máximo das despesas efetivamente autorizadas em € 908,40 bilhões. Esses valores correspondem a uma redução de 3,5% e 3,7% respectivamente, em comparação com o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) em curso (2007-2013).

O esforço do acordo foi para flexibilizar a gestão dos fundos, de modo a permitir transferências de dinheiro não gasto entre rubricas orçamentais e de um ano para o outro, atendendo assim as exigências do Parlamento. Leia mais detalhes neste [link](#).

ORÇAMENTO DA UE 2014-2020

- Compromissos orçamentários de € 960 bilhões
- Flexibilidade na gestão dos fundos
- Redução de 3,5% dos pagamentos globais, comparados com 2007-2013
- Representa 1% do PIB da UE

Seria inconcebível pensar em um orçamento para sete anos sem revisões periódicas, disse o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, em uma entrevista coletiva ao lado de Barroso e do primeiro-ministro irlandês, Enda Kenny, cujo país presidiu o Conselho da UE até 30 de junho.

Houve também mais recursos dedicados em 2014 e 2015 para prioridades como a luta contra o desemprego dos jovens, pesquisa e investimento nas Pequenas e Médias Empresas (PMEs), "aumentando ao mesmo tempo a margem de atuação para conseguir mais recursos em 2016", [declarou Schulz](#).

A reunião aconteceu antes do encontro de Cúpula dos 27 chefes de Estado e de Governo da UE, realizado em Bruxelas, nos dias 27 e 28 de junho. [Nas conclusões](#), os líderes europeus disseram que o novo orçamento "irá desempenhar um papel fundamental no apoio à economia, funcionando como catalisador do crescimento e do emprego em toda a Europa e servindo de alavanca para os investimentos produtivos e os investimentos em capital humano".

CONTEXTO

O orçamento está dividido em cinco rubricas. As que representam os dois maiores gastos do orçamento - a política de coesão econômica, social e territorial e a de crescimento sustentável, incluindo a política agrícola comum - sofreram reduções significativas, de 8,4% e 11,3% respectivamente, em comparação com o QFP 2007-2013.

	Novo QFP 2014-20	Último QFP 2007-13	Comparação 2014-20 / 2007-13	
Dotações de autorização	Milhões €	Milhões €	€	%
1. Crescimento inteligente e inclusivo	450.763	446.310	+4,5 bilhões	+1,0%
1a. Competitividade para o crescimento e o emprego	125.614	91.495	+34,1 bilhões	+37,3%
1b. Coesão econômica, social e territorial	325.149	354.815	-29,7 bilhões	-8,4%
2. Crescimento sustentável: recursos naturais	373.179	420.682	-47,5 bilhões	-11,3%
3. Segurança e cidadania	15.686	12.366	+3,3 bilhões	+26,8%
4. Europa Global	58.704	56.815	+1,9 bilhão	+3,3%
5. Administração	61.629	57.082	+4,5 bilhões	+8%
6. Compensações	27	n/d	+0,027 bilhão	n/d
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO	959.988	994.176	-35,2 bilhões	-3,5%
em percentagem do PNB	1,00%	1,12%		
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE PAGAMENTO	908.400	942.778	-34,4 bilhões	-3,7%
em percentagem do PNB	0,95%	1,06%		

Fonte: Conselho Europeu

Eurodeputados buscam definir estratégia para bioeconomia na UE

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar do Parlamento Europeu aprovou, no final de maio, uma proposta para implementar uma política de bioeconomia na Europa. O relatório, aprovado por 54 votos, propõe uma reflexão sobre a nova abordagem do bloco econômico em termos de produção e consumo, além de buscar respostas às novas exigências da população mundial de um modo eficaz e sustentável. O documento será apresentado para primeira leitura na sessão plenária do dia 1º de julho, em Estrasburgo.

Os parlamentares entendem que a adoção de uma política de bioeconomia pelos países da UE representa uma grande oportunidade de garantir maior sustentabilidade ao bloco, de forma a apoiar o desenvolvimento rural e possibilitar uma redução nas emissões de gases poluentes. Essa adoção pode ainda representar uma solução simples e viável para diminuir a dependência atual dos combustíveis fósseis e trilhar um crescimento mais sustentável. “Pensando igualmente no futuro, poderá constituir a resposta para a segurança alimentar, o crescimento econômico e o aumento dos níveis de emprego”, afirmaram os parlamentares no documento.

De acordo com o relatório, a mudança para a bioeconomia poderá gerar cerca de 22 milhões de empregos e promover o crescimento econômico “inclusivo”, dando conta de “desafios sociais que a Europa deverá enfrentar nos próximos 40 anos”.

Segundo os parlamentares, esse relatório deverá servir de roteiro para os objetivos da Estratégia Europa 2020 e 2050. O documento é baseado em três pilares principais:

1. Promoção da pesquisa, inovação e desenvolvimento de competências

Prevê a criação de um observatório de bioeconomia para promover o conhecimento entre os institutos de pesquisa, empresas, universidades, operadoras regionais, agricultores e cidadãos em áreas rurais.

2. Interação política

Propõe a criação de um painel de bioeconomia para dinamizar e fortalecer o diálogo em torno das políticas e iniciativas, promovendo a aproximação entre os setores relacionados à bioeconomia. Além disso, pontua a necessidade de harmonização das diferentes políticas da UE, dos princípios orientadores e das medidas regulatórias, para a promoção e atração de investimentos em bioeconomia.

3. Fortalecimento dos mercados e da competitividade

Convida a Comissão Europeia a tomar medidas que permitam às empresas inovadoras, em especial as pequenas e médias empresas (PMEs), encontrar instrumentos de incentivo ao desenvolvimento da bioeconomia. Os parlamentares lembraram a Comissão Europeia da necessidade de aumentar o financiamento público para pesquisa em bioeconomia e inovação, reforçando o que já foi feito no âmbito do Horizonte 2020, quando se propôs o investimento de cerca de € 4,7 bilhões para o desafio “a segurança alimentar, agricultura sustentável, investigação marinha e marítima e bioeconomia”, havendo ainda mais apoio nas áreas de “ação climática, eficiência dos recursos e matérias-primas”, “energia segura, limpa e eficiente” e “saúde, alterações demográficas e bem-estar”.

UE aprova regras para a Rede Transeuropeia de Transportes

O Conselho da UE, formado por ministros dos transportes dos 27 Estados-Membros, [aprovou no dia 12 de junho as diretrizes](#) que definem uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento de uma rede transeuropeia de transportes (TEN-T), consistindo em infraestrutura para os transportes ferroviário, marítimo, fluvial e aéreo. Segundo o novo acordo, espera-se concluir a rede global até 2050 e a rede principal até 2030.

Isso significa que até 2030, por exemplo, a rede ferroviária principal deverá estar equipada com um sistema de sinalização, que permitirá operações transnacionais fáceis e seguras. Os Estados Membros também deverão proporcionar espaço suficiente para estacionamento ao longo das estradas da rede principal para os utilizadores comerciais.

O objetivo da nova política de infraestruturas da UE é criar uma verdadeira rede, deixando de centrar em projetos isolados. As orientações contêm mapas precisos da rede, desenhados “com base numa metodologia objetiva”, [diz o documento divulgado pela Comissão Europeia](#). Globalmente, a nova rede de transportes proporcionará deslocamentos mais seguros e menos congestionamentos, viagens mais rápidas e menos tempo ocioso.

“Trata-se de um acordo histórico destinado a criar uma poderosa rede europeia de transportes nos 28 Estados-Membros (...). Esse acordo ligará o Oriente ao Ocidente e substituirá o que é hoje um mosaico heterogêneo de transportes por uma rede genuinamente europeia”, [afirmou o vice-presidente da Comissão Europeia](#) e comissário europeu responsável pelos Transportes, Siim Kallas.

O texto precisa ser formalmente aprovado pelo Parlamento Europeu, cuja votação em plenário está prevista para os próximos meses, e pelo Conselho.

ACORDOS INTERNACIONAIS

Comissão Europeia recebe sinal verde para lançar negociações com os Estados Unidos

O [Conselho da UE aprovou](#), no dia 14 de junho, o mandato para a Comissão Europeia negociar com os Estados Unidos uma Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos (TTIP), bem como as diretrizes para a negociação do acordo, que deverão ser baseadas em três pilares: acesso a mercados, questões regulatórias e barreiras não-tarifárias e normas.

No dia 17, o presidente norte-americano, Barack Obama, e os líderes europeus anunciaram o lançamento das negociações. “Temos a intenção de avançar rapidamente. O clima econômico atual nos obriga a unir forças e fazer mais com menos”, [declarou o presidente da Comissão Europeia](#), José Manuel Barroso, na ocasião da conferência do Grupo dos Oito (G8), realizada na Irlanda do Norte. O [presidente Obama anunciou](#) que a primeira rodada ocorrerá na semana do dia 8 de julho, em Washington.

O documento com o conteúdo do mandato não foi disponibilizado pelo Conselho. Porém, foi publicado por um blog alemão, dias antes da reunião do Conselho.

A UE é o maior parceiro comercial dos EUA, enquanto os EUA são o segundo maior parceiro comercial da UE, com 17,6% e 13,9%, respectivamente, do comércio de bens em 2011. Juntos, UE e EUA são responsáveis por quase metade do PIB mundial e um terço do total do comércio mundial.

De acordo com uma avaliação de impacto feita pela Comissão Europeia, um comércio abrangente e um acordo de investimentos poderão aumentar o PIB da UE entre 0,27% e 0,48% e o Rendimento Nacional Bruto da UE em até € 86 bilhões de euros.

A Comissão deverá manter o Comitê de Política Comercial do Conselho e o Parlamento Europeu regularmente informados e atualizados. O acordo final será validado pelo Conselho e pelos Estados-Membros depois de obtido o “consentimento” do Parlamento Europeu.

Anúncio de espionagem norte-americana poderá ter impacto no lançamento das negociações

O [presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, declarou](#), no dia 29 de junho, estar “preocupado e chocado” com alegações apresentadas na reportagem da [revista alemã “Der Spiegel”](#), publicada no mesmo dia, que indica que a Agência de Segurança Nacional americana espionava representações diplomáticas da UE.

Schulz declarou que, “se as alegações forem verdadeiras, será uma questão extremamente grave, que terá impacto severo sobre as relações UE-EUA”. E concluiu: “Em nome do Parlamento Europeu, exijo esclarecimento completo e peço mais informações rapidamente das autoridades norte-americanas em relação a essas alegações”.

A publicação alemã afirma ter tido acesso parcial a documentos secretos revelados por Edward Snowden, ex-funcionário de inteligência dos Estados Unidos suspeito de estar atualmente na Rússia.

De acordo com a reportagem, a agência americana teria espionado informações confidenciais, e-mails e conversas virtuais do sistema de informática do bloco europeu.

Snowden tornou públicas revelações sobre o programa de monitoramento de informações norte-americano e o governo americano pediu sua extradição por espionagem. Ele cogita pedir asilo ao Equador. A situação é delicada, mas o debate não incluía, até agora, parceiros comerciais dos EUA como a UE.

UE-CHINA: promessa de solução amigável para guerra comercial

União Europeia e China “vão trabalhar para encontrar uma solução amigável sobre a questão dos painéis solares”, [declarou o comissário europeu responsável pelo comércio](#), Karel De Gucht, ao lado do ministro chinês do Comércio, Gao Hucheng, ao encerrar o *27º EU-China Joint Committee*, em Beijing, dia 21 de junho.

No dia 4 de junho, a Comissão Europeia confirmou [a aplicação de direitos anti dumping provisórios](#), impondo tarifas de 11,8% sobre as importações de painéis solares chineses. Bruxelas alertou que, caso não haja acordo até o dia 06 de agosto, o direito será então fixado em 47,6 %, que é “o nível necessário para eliminar o prejuízo causado pelo *dumping* à indústria europeia”. A decisão provocou uma resposta imediata da China, que ameaçou lançar uma investigação *anti-dumping* e antissubsídios contra os vinhos europeus. A eurodeputada espanhola María Auxiliadora Zamora (PPE) reagiu rapidamente, perguntando à Comissão que medidas diplomáticas poderiam ser usadas para evitar que as exportações do vinho espanhol sejam prejudicadas.

PROPOSTA PARA ACORDO DE INVESTIMENTO É VÁLIDA, REITERA UE

Ainda na reunião do dia 21 de junho, De Gucht confirmou que lançar as negociações para um acordo de investimento com a China é “prioridade para a Europa”. Em maio, a Comissão Europeia havia anunciado a intenção de [abrir negociações com os chineses](#) com o objetivo de assegurar acesso aos mercados de ambos os lados e melhorar a garantia dos investidores e seus ativos, incluindo tecnologias-chave e direitos de propriedade intelectual.

Foi a primeira vez que a UE fez uma proposta para um acordo de investimento autônomo desde que o investimento estrangeiro direto tornou-se competência exclusiva da UE no âmbito do Tratado de Lisboa. As diretrizes para as negociações de investimento UE-China serão agora submetidas ao Conselho de Ministros da UE, cuja luz verde é necessária para a Comissão iniciar as conversações.

FIQUE DE OLHO!

A [décima primeira revisão da política comercial da União Europeia](#) na OMC acontecerá entre os dias 16 e 18 de julho. Somente as representações dos governos podem apresentar perguntas, porém nada impede que os setores façam sugestões aos seus governos.

A revisão da política comercial é um exercício regular que envolve os 157 integrantes da OMC. O que varia é a frequência com que ocorrem as revisões, pois o processo depende da participação de cada membro (país) no comércio mundial. No caso da UE, as revisões são feitas a cada dois anos, assim como é o caso dos Estados Unidos, China e Japão.

O Brasil faz revisões a cada quatro anos e acabou de concluir a sua sexta sabatina, entre os dias 24 e 26 de junho, na OMC. O país respondeu 800 perguntas.

BRUXELAS EM MOVIMENTO

A Croácia se torna o 28º Estado-Membro da UE

A partir de 1º de julho, a Croácia torna-se membro de pleno direito da UE, passando a ser o vigésimo oitavo Estado-Membro. Mais de 12 anos de negociações foram necessários para a obtenção do status de integrante do bloco, concedido pelo Conselho Europeu em 2011. Os croatas não farão parte automaticamente da zona euro. Para tal, o país deve primeiro cumprir os chamados critérios de convergência (ou de Maastricht), que são estabilidade de preços, sustentabilidade das finanças públicas, estabilidade da taxa de câmbio e manutenção de longo prazo das taxas de juros.

Os últimos países a se unirem ao bloco foram Bulgária e Romênia, em 2007.

Algumas estatísticas, [segundo dados da Eurostat](#):

	População em 1º de janeiro 2012 (milhões)	PIB Per capita* UE27 = 100	PIB (bilhões)	Taxa de desemprego em abril 2013	Exportações intra UE28 em % do total (2012)
Croácia	4,4	61	44	18,1	58,5
UE27	502,4	100	12 901	11	-
UE28	506,8	-	12 945	11,1	62,9

* Paridade do Poder de Compra (PPC)

Lituânia assume o Conselho da UE

A [Lituânia assumiu no dia 1º de julho a presidência do Conselho da UE](#), sendo o primeiro país báltico a desempenhar a função. Os outros dois países da região, Letônia e Estônia, assumirão o seu turno no primeiro semestre de 2015 e no primeiro semestre de 2018, respectivamente.

Credibilidade, crescimento e abertura serão algumas das [prioridades da presidência lituana durante o segundo semestre de 2013](#). Os esforços da presidência serão para reforçar a estabilidade financeira e estabelecer a união bancária com implementação de novas regras para a governança econômica. Ainda estão na agenda uma maior integração do mercado único, incluindo a rede europeia de energia, e medidas para melhores oportunidades de emprego, em particular para os jovens. A Lituânia promete também promover uma maior integração da UE com seus parceiros da Europa do Leste, implementar o livre comércio com parceiros estratégicos e gerir de maneira eficaz as fronteiras externas da UE.

Brasil e UE elaboram estudo comparativo da legislação para alimentos orgânicos

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil e a Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia (DG-AGRI) estão elaborando um estudo comparativo das suas legislações e dos sistemas vigentes de regulação de alimentos orgânicos. O [estudo visa levantar subsídios](#) para verificar a equivalência da certificação oficial entre os dois lados, com vistas a um possível acordo de reconhecimento que possa facilitar o comércio de produtos orgânicos entre o Brasil e a UE. A Europa já tem acordo de reconhecimento com os EUA e o Vietnã, entre outros países.

A UE e o Brasil formalizaram durante a Rio + 20, em junho de 2012, no Rio de Janeiro, a realização anual do “Diálogo em Agricultura” sobre temas de interesse comum do setor agrário e desenvolvimento rural. A discussão do reconhecimento da equivalência dos sistemas de certificação da agricultura orgânica está inserida nesse escopo. A próxima reunião bilateral acontecerá em Bruxelas, no final deste ano.

O Brasil encontra-se atualmente entre os maiores produtores de orgânicos do mundo e mais de 70% das redes de supermercados do país oferecem esse tipo de produto. Segundo o Relatório Anual de Atividades de 2010 do [Institute of Organic Agriculture \(FiBL\)](#), a Europa, por sua vez, é o segundo continente em área cultivada, com mais de nove milhões de hectares dedicados aos orgânicos.

Consumidor europeu não compreende mercado de carne

[Estudo realizado nos 27 Estados-Membros da UE](#) demonstra que os consumidores em geral têm um baixo nível de compreensão e conhecimento sobre o mercado de carnes. A escolha se baseia, na maior parte das vezes, [em um número reduzido de informações](#), das quais se destacam o prazo de validade do produto, o preço de mercado e o país de origem. A pesquisa foi encomendada pela Direção-Geral de Saúde e do Consumidor da Comissão Europeia e realizada pela empresa alemã de pesquisa GfK.

De acordo com os resultados da pesquisa, a escolha da maioria dos consumidores não depende de informações sobre os valores nutricionais da carne, sobre a procedência orgânica, nem do certificado de qualidade de origem ou da certificação de bem-estar animal.

Ainda segundo o estudo, os dois principais obstáculos para comprar determinados tipos de carne são o preço alto e a falta de produto no mercado varejista. Como exemplo, a análise dos preços mostra que a carne orgânica é 66% mais cara do que a carne normal e 20% mais cara do que a carne com certificação de origem ou com certificado de bem-estar animal, o que dificulta o acesso dos consumidores a esses produtos.

Por fim, por razões de saúde, os consumidores europeus gostariam de reduzir ou modificar seus hábitos no consumo de carne ou produtos derivados, muito embora apenas 21% procurem informações de valores nutricionais a esse respeito.

Destaques de julho de 2013

1 [Entrada da Croácia na União Europeia](#)

- O Conselho Europeu aceitou a entrada da Croácia como vigésimo oitavo membro da UE.

1 - 4 [Parlamento Europeu – Estrasburgo, França](#)

- No terceiro dia da sessão plenária, os deputados votam uma resolução sobre o acordo político para o orçamento da UE para o período 2014-2020. Para o mesmo dia também estão previstos debates sobre normas técnicas no mercado automotivo.

3 [Seminários sobre “Labelling for food products of animal origin to export to Brazil” – Bruxelas, Bélgica](#)

- Três seminários, organizados no mesmo dia, sobre etiquetagem para os produtos de carne bovina, produtos lácteos e produtos provenientes da pesca. Evento organizado pela Direção Geral do Comércio (Comissão Europeia), com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Missão do Brasil junto à UE.

10 - 11 [Parlamento Europeu - Bruxelas, Bélgica](#)

- Reunião plenária do Comitê de Negócios Internacionais do Parlamento (INTA)

15 [Conselho da Agricultura e Pecuária - Bruxelas, Bélgica](#)

(A confirmar)

- Na pauta, assuntos como barreiras sanitárias e fitossanitárias e Barreiras Técnicas ao Comércio.

22 [Conselho das Relações Exteriores - Bruxelas, Bélgica](#)

(A confirmar)

- Na pauta, assuntos como as relações globais da UE com os demais parceiros, entre os quais o Brasil, em sua qualidade de parceiro estratégico.

Para aprimorar o Informativo e atender a interesses abrangentes, estamos abertos a ideias e sugestões sobre assuntos ou fatos relevantes a serem abordados nas próximas edições.

A sua opinião é importante! Entre em contato através do e-mail: ceb@cni.org.br.